

São dois os projectos de maior dimensão que a Junta de Freguesia de Riachos tenciona agarrar com força para executar neste mandato. Com o quadro comunitário e o plano estratégico de investimentos para a região no período até 2020 ainda em fase de estruturação na CCDR e em discussão nas diversas entidades (não é previsível que antes de 2015 sejam abertas as candidaturas), Alexandre Simas revelou que o executivo já definiu as suas prioridades e quer ter os dois projectos bem delineados no momento em que houver “enquadramento nas candidaturas disponíveis”. A conclusão do pavilhão desportivo, com a construção daquilo que ficou conhecido como “mini-ginásio”, é uma obra reivindicada à Câmara há muito tempo pela população de Riachos. Na festa do 82.º aniversário do Clube Atlético Riachense, em Fevereiro passado, a vereadora com o pelouro do desporto e associativismo, Elvira Sequeira, deu a promessa de que o projecto do pavilhão estaria na lista de prioridades da Câmara em termos de fundos comunitários, para o corrente mandato.

Na sessão da Assembleia de Freguesia do mês passado, Carlos Duarte puxou o assunto das condições do pavilhão. Contestando a propriedade da Turrisespaços, o eleito comunista lembrou que o pavilhão foi iniciado com fundos angariados pela população e que as condições têm deixado muito a desejar, nomeadamente na iluminação e no piso sintético, que se está a levantar em muitos locais e dificulta a prática desportiva. Simas disse que nunca houve queixas formais de utilizadores, mas que é verdade que a Turrisespaços “tem de olhar para o pavilhão de outra maneira. Se as pessoas estão a pagar [pela utilização do pavilhão] têm de ter todas as condições”, posição que vai transmitir à vereadora.

Quanto à proposta para a recuperação das antigas fontes e pontes do Almonda e os caminhos de acesso, que inclui a elaboração de percursos pedestres e de manutenção em redor de Riachos, pelas zonas rurais da freguesia, o presidente da Junta confirmou o consenso que existe em torno do projecto elaborado por Joaquim Madeira.

Protocolos com as colectividades avançam A partir de agora, os utilizadores da Casa do Povo têm de entregar um plano de actividades para justificar a ocupação dos respectivos espaços naquele edifício público. A Junta já entregou os protocolos para serem assinados pelas associações. O objectivo é passar para o papel as condições de utilização, regulamentando assim uma situação que permanecia sem nenhum tipo de vínculo, e que levou a que continue a haver salas ocupadas por entidades que não têm actividade regular. Através destes protocolos, que terão a vigência do actual mandato mas continuarão em vigor após este período caso não sejam denunciados, a Junta quer atribuir uma maior responsabilização a quem usa a Casa do Povo.